

*Contributos para a história da
alimentação na antiguidade*

Carmen Soares, Paula Barata Dias (coords.)

**EM DEFESA DO VEGETARIANISMO:
O LUGAR DE PORFÍRIO DE TIRO NA FUNDAMENTAÇÃO ÉTICA DA
ABSTINÊNCIA DA CARNE DOS ANIMAIS**

PAULA BARATA DIAS
Universidade de Coimbra

Escolher o que é apropriado para a alimentação dos homens representa um agir consciente e fundamentado, sendo este juízo um produto da reflexão humana de ontem e de hoje. Orgânica e biologicamente enquadrado dentro da tipologia alimentar omnívora, pertence o homem ao estrito grupo daquelas espécies adaptadas a distintos habitats, capazes de enfrentar contingências diversas impostas pela natureza. A vida organizada em comunidade e a dieta omnívora são a par de outros, neste sentido, fatores e instrumentos que potenciaram o sucesso da espécie: aprender com os outros, interagir, reter as aprendizagens e a informação na comunidade, e, enfim, comer o que se pode, ou seja, o que está disponível, representaram, no remoto passado humano, soluções da mais imediata luta pela sobrevivência, em que indústria e adaptabilidade foram determinantes.

A experiência e o tempo sedimentaram-se no património humano acerca do que é melhor para comer, fazendo este juízo e esta escolha parte da cultura humana. Assim, condicionar o que pode incluir potencialmente a dieta humana, independentemente das razões que subjazem à escolha, representa um momento posterior da relação do homem com os alimentos, ou seja, indicia já, do nosso ponto de vista, aquele julgamento a que o homem se pode dar, uma vez ultrapassada a ambiciosa fronteira que o separa da ameaça da fome, ou da morte por desnutrição ou inanição.

Escolher, refletir, avaliar os produtos disponíveis, é um exercício teórico a que cada homem, individualmente ou em sociedade, se pode dedicar desde que se possa “dar ao luxo” de rejeitar parte dos potenciais recursos disponíveis que, no mínimo, fazem parte, ou já fizeram parte da sua experiência vivencial próxima. Não é, por isso, possível colocar este tipo de escolha num nível limiar do desenvolvimento humano, sendo uma atitude complexa, multifatorial, e eminentemente cultural.

Partimos também do princípio de que tanto maior são a subtileza e a complexidade presentes a estas escolhas quanto maior for o seu afastamento em relação a argumentos de defesa mais óbvios ou imediatos, ou quanto menos diretamente estiverem dependentes do restrito interesse do sujeito que julga: “Não se pode comer isto porque sabe mal” será um primeiro juízo a ser feito face à exposição a um potencial alimento. “Não se pode comer porque faz mal” implica já um juízo menos imediato, mas ainda razoável, face ao instinto de sobrevivência. “Não se deve comer todos os dias, porque é um recurso escasso” é um argumento ainda menos imediato, mas envolve uma compreensão dos

meios disponíveis e do tempo, e da sua adequação face ao benefício para o sujeito, que formula ou aceita a formulação destes juízos¹. Ora, afirmar que "não se deve comer isto porque está errado" envolve um salto ético inexistente nos juízos anteriores.

Neste enquadramento reflexivo situamos a dieta vegetariana e a avaliação de alguns aspetos dos discursos do mundo antigo em sua defesa. A escolha do tema foi, em grande parte, sugerida pela atualidade, na medida em que este tipo particular de alimentação tem sido amplamente discutido, seja nas arenas mediáticas, em publicações escritas e programas televisivos destinados ao grande público, seja entre discursos mais técnicos, entre profissionais de saúde, médicos e nutricionistas; entre economistas e ecologistas; seja no mundo académico mais restrito, teórico e reflexivo, em que determinados pensadores e filósofos contemporâneos se postam enquanto observadores das práticas alimentares correntes, das motivações que presidem à sua escolha e seleção.

Assim, a popularidade da alimentação vegetariana entre os consumidores atuais fundamenta-se em argumentos amplamente conhecidos: trata-se de uma dieta defendida como melhor para a saúde humana, em primeiro lugar (i. e., como vegetais porque faz bem). Com o argumento da saúde invocado pelos defensores e praticantes do vegetarianismo funciona também, em adição ou alternativa, o argumento ecológico, segundo o qual a alimentação vegetariana contribui para a preservação do meio ambiente, porque a produção de animais para consumo humano sobrecarrega os recursos naturais e, a longo prazo, contribui para o esgotamento do meio ambiente, o que é mau para a qualidade de vida do homem.

Segue-se o argumento fundamentado no prazer, que também se faz ouvir, embora com menor veemência (não gosto de carne ou gosto muito de vegetais). Aliás, a gastronomia vegetariana usa frequentemente termos ambíguos (croquete ou hambúrguer de legumes, bolonhesa de soja, leite e queijo de soja), e ouvem-se entre os defensores desta alimentação comentários como "não se nota que não é carne". Ou seja, os vegetais são saborosos quando se aproximam, ou substituem, o gosto ou o prazer que adviria de uma alimentação cárnica.

Todas estas razões se centram no interesse imediato ou mediato do

¹ A adoção consciente do vegetarianismo apoia-se em diferentes razões. As naturais e médicas, focalizadas no ser humano, segundo as quais a alimentação vegetariana promove melhor saúde, física e mental, do ser humano; as ecológicas, focalizadas no bem-estar dos seres vivos e sua harmonia com o meio ambiente, no habitat coletivo, segundo as quais a alimentação vegetariana preserva a qualidade do meio-ambiente, que deixa de estar sujeito à pressão da produção de animais destinados ao consumo humano; as religiosas, que constituem a mais antiga motivação persistente, ainda hoje presente em algumas correntes religiosas orientais, entre as quais o Jainismo e certas correntes budistas. Entre os cristãos, os Adventistas do 7º dia recomendam o vegetarianismo e respeitam as restrições alimentares indicadas no *Levítico*. Por fim, as razões éticas, focalizadas nas formas de vida animais: a alimentação vegetariana é a única que permite evitar a crueldade para com os animais, já que, por abstinência do consumo da sua carne, deixa de ser necessário o seu abate e a sua exploração.

consumidor. No entanto, existe atualmente um tipo de fundamentação em defesa do vegetarianismo, filosófica e ética, que se centra no que é consumido e funciona numa lógica reversa: deve-se adotar o vegetarianismo porque é errado matar e comer animais.

Este fundamento tem-se vindo a somar aos anteriores, reforçando o padrão alimentar vegetariano, em particular entre uma elite esclarecida, com frequência associada a outras escolhas, circunstanciais ou permanentes. A filosofia contemporânea, em particular a filosofia dos comportamentos e a ética, tem debatido o assunto, num curioso exemplo em que podemos observar a popularidade do perfil alimentar vegetariano² a caminhar *pari passu* com um movimento intelectual focado na fundamentação do vegetarianismo enquanto resultado óbvio de uma alteração profunda na relação entre o homem e os animais, ou, usando a linguagem destes movimentos, na relação entre os animais humanos e não humanos. Não é fácil deslindar se existe uma relação causa-efeito, e qual a ordem exata dos promotores, se é o comportamento social ou se é a reflexão académica a fonte de maior dinamismo (Paul Regan, *The case for animal rights*; D. Dombrowsky, *The philosophy of vegetarianism*, e o muito conhecido Peter Singer, em *Animal Liberation*).

Mas, à primeira vista, é a natureza desta reflexão académica, pelo menos de parte dela, que, pela sua capacidade de difusão, tem alimentado o movimento social e cultural pró-vegetariano, pelo que temos de fazer um esforço para distinguir dois tipos de estudos, já que os próprios, em alguns casos, fomentam a indistinção: um, teórico, académico e reflexivo concentrado no estudo do vegetarianismo enquanto fenómeno histórico-económico, social, cultural, ideológico e religioso, mas em que o estudioso não emite a sua opinião quanto a esta opção alimentar; e temos depois um grupo dedicado e convicto na defesa do vegetarianismo como resultado de uma escolha racionalmente e eticamente justificada, e que, por isso, fundamenta a sua causa e a sua apologia.

Todos estes argumentos em defesa do vegetarianismo ecoaram primeiramente nos textos antigos da tradição greco-latina, à exceção do argumento ecológico, pois o homem antigo não tinha a perceção, como hoje existe graças ao avanço da ciência, dos limites do planeta e dos frágeis equilíbrios ecológicos que o sustentam.

Já o argumento filosófico e ético de defesa do comportamento vegetariano como resultado consequente da recusa da morte e ingestão de animais, que anteriormente apresentámos, sendo relativamente inovador no mundo

² Em Portugal, deu-se o aparecimento um novo partido nas anteriores eleições, o PAN –Partido pelos Animais e pela Natureza- entendendo-se Animais e cito o manifesto do dito movimento político, “todos os seres sencientes” ou seja, capazes de ter sensações boas ou más, de dor ou de prazer. Assim, há “animais humanos” e “animais não humanos”, numa linguagem inspirada nas filosofias pró-direitos dos animais que adotam, entre os seus princípios, o vegetarianismo e o veganismo.

contemporâneo, esteve bem presente na reflexão dos antigos. O tratamento deste tema no mundo antigo, no caso particular dos autores escolhidos para a nossa análise, só nos veio confirmar algo que qualquer pessoa que trabalhe nesta fascinante época da História da Humanidade sabe, é que muito pouco de novo há sobre o sol, e que o homem de há milénios pertencia à mesma comunidade de interesses, de afetos, de vontades e de razões que o homem de hoje. Pelo que considerar as apologias antigas em defesa do vegetarianismo ético traz uma sensação de familiaridade quanto às mais avançadas e criativas bandeiras filosóficas em defesa deste comportamento.

O homem de Homero, como é sobejamente conhecido, não apresenta restrições alimentares coincidentes com o vegetarianismo. Pelo contrário, quer no ambiente alterado e bélico da *Iliada*, quer nos ambientes áulicos, maravilhosos, ou mais próximos do quotidiano da *Odisseia*, são perfeitamente visíveis o apreço pela alimentação carnívora. Abundam as refeições pautadas pelo prévio sacrifício de bovinos, cozinhados diretamente no fogo.

Mas Hesíodo, autor de *Teogonia*³, embora nada nos permita falar de uma rutura face ao passado, num excerto de “O mito das cinco Idades”, caracteriza o momento primordial da geração perfeita, a Idade de Ouro. Não os aflige a doença, a velhice ou a morte e (vv.114-115) “*Para eles, tudo era perfeito: o solo fértil oferecia-lhes por si frutos numerosos e abundantes*”. Ou seja, a perfeição do seu mundo incluía a generosidade do solo, que lhes fornecia os seus frutos como alimento.

Também o par edénico do *Génesis*, Adão e Eva, tinha a favor da sua felicidade primordial um jardim que provia todas as suas necessidades. Hesíodo e o AT convergem então na noção de que, no princípio, o homem vivia em harmonia com o espaço e as criaturas envolventes⁴. Podemos, como é evidente, especular que a omissão da referência a alimentação cárnea não significa, necessariamente, que ela era condenada, ou que não se fazia. Os hábitos alimentares do homem grego passavam naturalmente pelos cereais, frutos e legumes, aquilo que a natureza fornecia em abundância, e esparsamente por carne ou peixe. Mas Hesíodo transmitiu-nos, nesta breve passagem, a existência de uma valorização de um padrão de vida perfeita que dispensava a caça, a morte e o consumo de animais.

As duas fontes literárias, *Teogonia* e o *Génesis*, apresentam um outro passo que podemos relacionar entre si, na medida em que colocam o aparecimento do sacrifício de animais enquanto forma permitida e regulada pelos deuses para o consumo de

³ Hesíodo (2005) *Teogonia, Trabalhos e Dias*, Ferreira, (J.R., Pinheiro, A.E. trads) Lisboa.

⁴ Há pontos de contato entre estas duas narrativas das origens, que passam pela partilha das mesmas fontes literárias do Médio-Oriente, nomeadamente dos relatos mesopotâmicos da criação. O Mito das cinco Idades não prevê um retorno à Idade de Ouro, mas, no AT, o Paraíso criado por Deus e de que os homens foram expulsos converter-se-á no Paraíso celeste, que restaurará, no fim dos tempos, a unidade entre as criaturas da terra e Deus. O profeta Isaías profetizou estes tempos perfeitos, de restauro da paz entre as criaturas (Is. 65, 25) “o lobo comerá com o cordeiro”.

carne, numa linha cronológica definida como posterior ao momento da criação. O chamado “dolo de Prometeu” (*Teog.* vv. 520-600) descreve o primeiro sacrifício, ainda conduzido pelo Titã. Não se refere o abate do animal, mas tão só os detalhes da partilha enganadora conduzida por Prometeu: a pele, a gordura e os ossos ardem para os Imortais, a carne fica reservada à fome dos homens⁵. O castigo deste engano recaiu sobre os homens, que foram privados do fogo por Zeus. A ausência do fogo mergulhou a humanidade no sofrimento do frio, do medo dos animais selvagens (onde ficou, portanto, o tempo harmonioso da Idade do Ouro?), da ingestão dos alimentos crus. Conhecemos o relato posterior, em que Prometeu devolve o fogo e seus benefícios ao homem, e por esse bem a humanidade enfrenta novos castigos de Zeus, nomeadamente Pândora e a sua bolsa de males derramados sobre a terra.

Deste relato, importa-nos apenas relevar o facto de o sacrifício de animais surgir como um contrato de partilha de um bem com os Deuses. Embora não se mencione o ato concreto da morte do animal, pode-se dizer que, na mentalidade sacrificial, o direito de dispor da vida do animal envolve uma contrapartida para os deuses. A decisão de sacrificar um “grande boi” tomada pelo Titã ocorre “quando os deuses e os mortais se separaram” (v. 535), inaugurando para o homem um tempo em que ele está sujeito a negociar com os deuses a sua existência, o seu conforto e a sua felicidade⁶.

Por seu lado, o *Génesis* situa o primeiro sacrifício no episódio de Abel e Caim (*Gen.* 4), pertencentes à primeira geração após a expulsão do Éden, e a primeira a quem se associa o trabalho como relação entre os humanos e a natureza, e o sustento a partir deste. Portanto, também esta humanidade está marcada pela separação em relação a Deus. Abel sacrificou o primogénito do seu rebanho, Caim os frutos da terra que cultivara. São conhecidos os acontecimentos após a oferta dos frutos do trabalho do primeiro pastor e do primeiro agricultor. Deus aprecia o sacrifício de Abel, mas rejeita o de Caim, o que faz germinar neste o ciúme pelo irmão, e o conduz ao fratricídio. Sem desenvolver os complexos contornos desta sequência e da dramática preferência de Deus, saliente-se que, também no relato genesiaco, sacrificar a vida de um animal ocorre num momento de imperfeição e de dificuldades da humanidade, quando ela, afastada de Deus, procura, no sacrifício de uma espécie animal, um modo de relação com o divino.

Os dois atos, sacrifício de Prometeu e de Abel, contudo, nada concluem, e inserem-se na história do homem como dois de entre os muitos episódios de encontros e desencontros com o divino, de que a humanidade se sedimentou enquanto instância de alteridade. Sacrificar a vida de animais como ritual religioso

⁵ *Teog.* Vv. 556: “Desde então, a raça dos homens que habita a terra queima aos imortais os ossos brancos, sobre altares fumegantes”.

⁶ Veja-se em Vernant, J.-P., (1980) “Théorie générale du sacrifice et mise à mort dans la thúsia grecque”, *Le sacrifice dans l'Antiquité*, Vandoeuves-Genève, 1-22 a interpretação do sacrifício como uma forma de contrato entre a comunidade e os deuses.

e usá-los na alimentação humana surgem, desta forma, como atos intimamente relacionados, um legitimando o outro, os dois fundados na rutura entre o homem e os deuses e de um tempo primordial e perfeito, caracterizado pela ausência de males. Portanto, as concepções religiosas emergentes destes textos autorizam considerar o vegetarianismo como o estado natural do homem anterior à queda, ou à ofensa ao Deus, pelo que recuperar este idílio poderia passar, do ponto de vista metodológico, pelo retorno ao vegetarianismo enquanto estado ideal de vida após a reparação da fractura entre o homem e o divino.

Pitágoras de Samos foi, contudo, o autor apontado pelos transmissores da sua doutrina, que chegou até nós sempre sob forma indireta de testemunhos recorrentes e dependentes entre si, como o primeiro autor do mundo antigo greco-romano a defender claramente a dieta vegetariana. Veja-se que Porfírio de Tiro, autor de que falaremos mais, sendo um acérrimo defensor do vegetarianismo, caracteriza Pitágoras como um homem admirável, mas sem se comprometer com a sua abstinência total de carne:

“Como alimento, começava o dia com mel. Ao jantar, comia pão de milhete, cevada ou ervas, cruas e cozidas. Só raramente comia carne das vítimas; e nem todas as partes do animal eram aceites. Quando permanecia nos santuários das divindades, só comia o necessário para acalmar a fome e a sede. Para sossegar o apetite, comia sementes de papoila e de sésamo [...] flores de jacinto, folhas de malva, ou papas de cevada e de ervilha. Contra a sede, tomava o miolo do pepino, e sumo de uvas, extraíndo as sementes, flores de coentro, sementes de malva. (35) dizia ele que esta dieta tinha sido ensinada a Hércules por Deméter, quando foi enviado para os desertos da Líbia; Assim conservava o seu corpo numa condição permanente, nem ora saudável, ora doente, nem ora gordo, nem ora magro. Assim, ele não estava mais inclinado ao prazer, nem derrubado pela dor, e nunca ninguém o viu exaltante ou lamentoso. Quando Pitágoras sacrificava aos deuses, não usava uma profusão ofensiva (‘i.e. sangue’) mas só oferecia pão de cevada, bolos e mirra; tudo menos animais, a não ser, talvez, galos e porcos. Quando descobriu o teorema de que o quadrado da hipotenusa de um triângulo reto era igual aos quadrados dos lados que formavam o ângulo reto, diz-se que sacrificou um boi. Mas o mais certo é que esse boi fosse feito de farinha”.

Estas fontes não fornecem uma imagem unânime do Filósofo. Para Iâmblico (242-327), discípulo de Porfírio e autor que escreveu uma *Biografia de Pitágoras*, o Filósofo defendia que não se usassem alimentos que causassem flatulência ou indigestão; alimentos que fossem estranhos aos deuses; alimentos sagrados para os deuses e a eles apenas destinados; alimentos que bloqueassem a profecia, a castidade e a pureza da alma. O mais contemplativo dos filósofos recomendava a abstenção do vinho e de tudo o que tivesse alma. Achava vãos os sacrifícios aos deuses e abstinha-se de comer carne, “numa fraterna aliança

pela comunhão da vida”⁷. Mas permitia que os iniciados ainda pouco perfeitos pudessem comer carne, estando contudo absolutamente interditos o coração e o cérebro dos animais. As motivações de Pitágoras fundamentavam-se numa ética cívica: abster-se de carne tornava os homens menos predispostos à violência, e o que fosse incapaz de sacrificar uma vida animal menos ainda atentaria contra um seu semelhante.

Diógenes Laércio, autor da primeira metade do séc. III, problematizou o facto de se atribuir a Pitágoras a prática da alimentação carnívora fornecida aos atletas, alegando que este talvez fosse um outro Pitágoras, já que o Filósofo tinha proibido a matança de animais para alimentação porque queria habituar os homens à simplicidade da vida, adaptada a uma alimentação acessível e que dispensasse o fogo, como é a baseada no consumo de vegetais e legumes. Esta dieta promovia agudeza de espírito e saúde física. Confirma também a rejeição dos sacrifícios sangrentos. Assim, Pitágoras só prestava culto a Apolo de Delos, pois trigo, cevada e bolos de queijo eram as oferendas admitidas neste santuário⁸. Também nos transmitiu o conhecido episódio, recolhido em Xenófanes, que serve de fundamento da crença pitagórica na reencarnação: ao ver um cão a ser maltratado, pede que interrompam os maus tratos, porque nos latidos reconheceu a voz de um amigo querido⁹. Note-se, contudo, que Pitágoras considera que o animal deve ser poupado porque transporta consigo a alma de um amigo, não porque possua por si um estatuto ou qualidades que tornem tal comportamento incorreto.

A popularidade de Pitágoras entre os filósofos antigos produziu uma literatura de sentenças atribuídas ao Filósofo, em alguns casos alvo de interpretação literal, em particular nos círculos religiosos e místicos tardios. Mas a interpretação alegórica foi a preferida pelos neoplatónicos: assim, Hiérocles de Alexandria (séc. V) deixou os seus *Crisa Epe* “Palavras de Ouro”, setenta e uma sentenças de Pitágoras colhidas em Plutarco, interpretando-as num sentido ético, afastadas do concretismo alimentar. Foi um autor muito popular enquanto divulgador da obra de Pitágoras, interpretando alegoricamente o condicionamento alimentar vegetariano presente nas máximas pitagóricas e validando, intrinsecamente, o valor metodológico, diríamos, ascético (no sentido em que promovia a dieta enquanto exercício para o progresso espiritual) da dieta vegetariana: ou seja, esta era a adequada ao homem elevado porque não só o afastava das paixões e dos vícios, das doenças do excesso, como o

⁷ Iâmblico, *VP* 6: 30-32; o passo comentado *VP* 6,24.

⁸ Diógenes Laércio, *De Clarorum Philosophorum Vitis, Dogmatibus et Apophthegmatibus ... VP*, 8, 12; 20; 23. Grant, R. (1980) “Dietary laws among Pythagoreans, Jews, and Christians”, *Harvard Theological Review*, 73, (1,2), 299-310, em especial pp. 299-302 “these passages show that conflicts over dietary laws existed within Pythagorean circles and that old dietary ordinances were preserved, usually in allegorical form.”

⁹ Diógenes Laércio, 8, 20.

tornava mais espiritual, propício à aprendizagem e iluminação¹⁰.

Estes argumentos, fundados no benefício da dieta vegetariana para a felicidade do homem, tiveram fervorosos adeptos ao longo da história. Destaque-se Jacob Böhme, religioso que, no séc. XVII, difunde a alimentação vegetariana enquanto essência do verdadeiro cristianismo reformado, traído pelo clericalismo e pelo intelectualismo. Na sua obra, *Great Mystery* (1623) fez convergir os ensinamentos bíblicos com a mística da natureza, formando uma nova religião, na qual os laços entre a espécie humana e o universo fundam a relação com deus. Assim, matar animais cria obstáculos entre o homem e Deus. De uma motivação de pureza religiosa, este movimento ganha adeptos entre higienistas e filantrópicos do Iluminismo, como H. Club, em *Vegetarian Messenger* (1849) ou Francis Newman, em *Dietetic Reformer* (1881) que exaltam a dieta vegetariana e a abstenção do álcool como virtuosas social, económica e higienicamente. Dela provinha a cura para todos os males que afligem a humanidade: a pobreza (posto que a carne é cara), a fome, a doença motivada pelos excessos ou pelo consumo de carne em más condições e uma solução para os males morais¹¹.

Com este apontamento da História moderna, procura-se evidenciar que a defesa do vegetarianismo no Ocidente teve estes dois grandes momentos, o mundo greco-romano e a época moderna e contemporânea¹². A matriz pitagórica está presente nos dois: os defensores antigos do vegetarianismo apresentavam-se como “seguidores de Pitágoras” e, na época moderna, a dieta vegetariana era mesmo apelidada de “dieta pitagórica”. A apologia pelo vegetarianismo na época moderna contudo, centra-se no benefício, físico, intelectual, moral e social do

¹⁰ Schibli, Hermann S. (2002). *Hierocles of Alexandria*. Oxford University Press. Hiérocles tornou-se um autor muito popular na Idade Média e no Renascimento como transmissor da doutrina pitagórica. Sentenças de Pitágoras deixadas por Hiérocles: “Não comas o coração”; abstém-te de feijão” ou seja, “abstém-te dos alimentos que causam flatulência”; abstém-te da participação democrática” 18. Não comas peixe de barbatanas negras”. Ou seja, não tenhas por companhia homens de má reputação. 19. “Nunca comas ruivo”. Ou seja, evita o rancor. 20. “Não comas a matriz dos animais”. Ou seja, evita tudo o que conduz à procriação. 21. “Abstém-te de comer a carcaça de animais”. Ou seja, não comas alimentos deteriorados 22. “Não comas animais” Ou seja, não tenhas por companhia homens que não se regem pela razão”. 23. “Põe sempre sal na mesa”. Ou seja, faz sempre uso da justiça nos teus julgamentos.

¹¹ Quédrago, A. P. (2000) “De la secte réligieuse à l’utopie philanthropique. Genèse sociale du végétarisme occidental”, *Annales HSS*, 4, 825-843. Sobre Böhme, ver 826-827; sobre Club e Newman, respetivamente, 839, 840. Cf. p. 843: “les premières formes du végétarisme moderne se sont transformées depuis leur apparition au XVIIème siècle jusqu’à la veille du premier conflit mondial. Toutefois, sous queque forme qu’elles présentent, les différentes variantes du végétarisme ont en commun de prescrire des normes sociales et morales de l’activité humaine, qui procèdent de la volonté de définir et de fixer un statut du corps conforme à leurs représentations de la pureté”.

¹² Op. cit., p. 836-834. O Iluminismo chegou a produzir a interpretação de que a vitória do cristianismo no fim do mundo antigo arrastara a humanidade para o não repúdio do consumo da carne e do sangue, encetado entre os homens de espírito nobre do mundo antigo. A aceitação acrítica da alimentação carnívora estava assim facilitada pelo rito eucarístico, e a centralidade que o sacrifício do corpo e sangue de Deus assumira na história e no rito religioso.

mesmo para o homem, argumento já conhecido pelos textos antigos.

Nos últimos anos têm-se desenvolvido argumentos éticos em defesa do vegetarianismo que se centram no estatuto do que é consumido, neste caso os animais para consumo humano, e o reconhecimento dos seus direitos. Assim, ser vegetariano resulta no caminho possível para quem adota o princípio da rejeição da carne, no que é a assunção de uma atitude por privação, ou por negação. Ou seja, é possível ao homem comer carne, e tal decisão pode afetar-lhe, como externalidade, a saúde. Isso não é, contudo, o mais importante. A questão está, não em escolher vegetais, mas sim em recusar o abate, o consumo ou qualquer forma de exploração dos animais para benefício humano¹³.

Porfírio de Tiro, surge, então, como autor pioneiro desta forma de vegetarianismo ético¹⁴. A sua obra, Porfírio, *Acerca da renúncia à Carne como alimento*, desenvolvida em quatro livros, em tom apologético, fundamenta aturadamente as razões por que o homem deve abandonar o abate, o sacrifício e a ingestão da carne dos animais. O discurso de Porfírio de Tiro assume-se como um esforço pedagógico de esclarecer e de demover os homens dos ritos religiosos ancestrais e tradicionais, vincando a nulidade dos sacrifícios como forma de culto aos deuses. Neste sentido, a sua obra constitui um verdadeiro tratado de crítica à religião, analisando práticas e concepções tradicionais que mereciam ser revistas pelos homens do seu tempo. Porfírio considera que a generalização dos sacrifícios foi contrária à pureza religiosa da Antiga Grécia, que cedera à influência de práticas religiosas estranhas ao sentir grego, como as egípcias e as mesopotâmicas¹⁵.

De modo significativo, nesta crítica à religiosidade popular dominante, praticante dos rituais de sacrifício dos animais, considerando-os cruéis, inúteis para o louvor das divindades e motivados pela superstição, não se pronuncia quanto às práticas rituais cristãs¹⁶. Trata-se de uma omissão reveladora. Pensamos

¹³ Neste sentido, quando o vegetarianismo abandona a preocupação estrita com o consumidor e a desloca para o que é consumido, evolui coerentemente para o veganismo, comportamento alimentar e social que implica a rejeição da carne, mas também do leite, dos ovos, do vestuário feito de pele ou do pelo dos animais, etc.

¹⁴ Dombrowski, D. (1984) “Vegetarianism and the argument from marginal cases in Porphyry” *Journal of the History of Ideas*, 45, 151-143. Dombrowski, D. (1984) *The Philosophy of Vegetarianism*, University of Massachusetts Press. Nesta obra fundamental, Daniel Dombrowski traça a história do pensamento vegetariano, concedendo um lugar cimeiro a Porfírio de Tiro.

¹⁵ Porfírio, (*Acerca da renúncia à Carne como alimento*, 4), cita uma Lei de Drácon (621 a.C.): (nossa tradução) “Que os deuses e os heróis do país sejam publicamente cultuados de acordo com as leis deixadas pelos nossos antepassados; e que sejam também adorados em culto privado de acordo com as possibilidades de cada um, com o uso de palavras auspiciosas, as primícias das colheitas e bolos. Esta lei ordena que a divindade seja venerada com as ofertas dos primeiros frutos usados pelo homem e bolos feitos da melhor farinha de trigo.”

¹⁶ Porfírio de Tiro é um filósofo neo-platónico pagão da segunda metade do séc. III, educado em Atenas, Constantinopla e Alexandria na proximidade de meios cristãos. Foi comparado a

que Porfírio estava bem informado quanto à especificidade do cristianismo quanto ao modo como, nesta nova religião, o aspeto do sacrifício estava integrado de forma sobretudo alegórica. Assim, o sacrifício cristão, consagrando o pão e o vinho eucarístico em memória do sacrifício voluntário de Cristo, apresentava a mesma fundamentação que Porfírio pretendia tornar dominante, ao propor a adoção generalizada do sacrifício dos cereais e dos frutos, as primícias cultivadas pelo homem, em vez do derramamento concreto do sangue.

Sendo pagão, Porfírio critica uma categoria tradicional do mundo pagão, e, ainda que justificada por motivos religiosos, a eles não se podia limitar: ignorância, inércia, insensibilidade, são as razões que levam o homem do seu tempo a continuar o abate de animais, pelo que abolir este comportamento é elevar o homem para um novo patamar ético e é promover a harmonia entre os seres que partilham o mundo terreno. Porfírio não esquece, portanto, a longa tradição pitagórica de que o vegetarianismo constitui uma via para o enobrecimento do homem, do ponto de vista físico, intelectual e moral, mas renova-a, ou junta-lhe o não despreciando argumento de que os animais devem ser poupados a uma forma de tratamento que os avilte, ou que, em última instância, os prive da sua vida por razões que não se prendem com o direito de o homem preservar a sua vida. Está, por isso, sempre reconhecido o direito de o homem se defender dos animais selvagens.

A principal razão para retirar os animais da alimentação humana prende-se, para Porfírio, com o facto de o homem, porque partilha com o animal um princípio vital semelhante, uma *psyche*, que partilha também a capacidade de ter sensações (*to asthanesthai*). Assim o homem está unido aos animais por um princípio de familiaridade (*oikeiosis*), pelo que o conceito de justiça para com os outros também deve estender-se aos seres animais, equilíbrio de que depende a elevação moral do homem. Privar da vida um animal como forma de garantir alimento equivale a um homicídio¹⁷, tão grave como injustificado, posto que as plantas e toda a panóplia de frutos sustentam capazmente o ser humano.

A abstinência está implicada, em Porfírio, com um assunto e uma prática fundamental das religiões antigas: o sacrifício. Proclamar a bondade do vegetarianismo passa, no discurso porfiriano, por atacar os sacrifícios, sabendo que esta prática se encontra generalizada no quotidiano religioso do mundo

Juliano, pela sua vontade indómita de rejeitar o cristianismo numa altura em que este se havia tornado dominante entre os intelectuais. Escreveu um extenso tratado *Contra os Cristãos*, em que revela conhecimento aturado da Bíblia, a ponto de rebater as incongruências temporais e espaciais e o do texto fundador da nova doutrina, o AT e o NT. Não deixa, por isso, de ser curioso que por vias diferentes, a pluralidade religiosa do mundo antigo sofria propostas de revisão que, por vezes, convergiam nos seus argumentos: Porfírio mostrava a vacuidade dos sacrifícios como forma de honrar os Deuses e Clemente de Alexandria (II-III d.C.) fazia o mesmo com a sua *Exortação, Pedagogia e Miscelânea*. Foi comum, entre as primeiras reações pagãs ao advento do cristianismo, a acusação de que se tratava de um culto cruel, sangrento, em que se chegava a praticar o canibalismo.

¹⁷ Porfírio de Tiro, 3, 19 (ed. cit., ver bibl.).

mediterrânico antigo. No livro II¹⁸, precisa um tema caro na sua argumentação: os sacrifícios de seres dotados de alma (animais) não são desejados pelos deuses. Com este tópico, Porfírio rebate a reserva de que, ainda que se evite carne por muitas razões, o abate de animais e sua ingestão constituía uma obrigação piedosa consequente do sacrifício. Deste modo, os sacrifícios devem limitar-se à oferta dos frutos da terra e dos aromas que deles emanam (plantas odoríferas como a mirra e o incenso). Estes foram, segundo ele, os sacrifícios ancestrais autorizados pelos deuses, práticas que se subverteram com a degradação da humanidade ao longo dos tempos. Historicamente (II, 9), os sacrifícios animais são recentes, motivados pelas guerras e pelas fomes que faziam escassear o produto das cearas. Assim, cada povo pratica o seu tipo diferente de sacrifício, conforme os interesses externos que lhe estão associados. Só esta diferença serve para dizer que o ritual não decorre de uma lei divina universal. Citando Teofrasto, (II, 26) Porfírio comenta as características dos sacrifícios de povos mediterrânicos: assim, Sírios e Judeus praticam, desde as suas origens, o holocausto, ou seja, não se maculam com a ingestão dos seres que sacrificam. O povo mais sábio do mundo, diz ele, os Egípcios, não só não sacrificam os seus animais, como fazem das suas figuras representações dos deuses (*tas eikonas mimemata*).

Consideramos contundente, inovadora e actual a argumentação desenvolvida nos caps. 22-24, à luz dos estudos de Dombrowski, de Regan e de Peter Singer (ver p. ??), e a chave para a condenação do abate dos animais: se os homens estão unidos por uma familiaridade (*oikeiotes*), é correcto dizer que tirar a vida a outro ser humano só se justifica quando a sua maldade prejudica os demais. Tal como os animais, seria justo dizer que só seria tirada a vida aos animais prejudiciais para os outros seres vivos, inclusive o homem. Nada disto acontece com o sacrifício, posto que os homens do seu tempo imolam animais domésticos, que partilham o espaço com os homens, auxiliam-no nos seus trabalhos e providenciam-lhe alimento, roupa, calor. Os deuses tenderão a ver na destruição dos seres companheiros próximos dos homens mais um ultraje do que uma oferenda, pois não se está a reparar nenhuma falta ou crime que estes seres tenham cometido. E na escolha dos animais sacrificados revela-se toda a inconsistência do homem que aceita os sacrifícios. O boi, as aves, os porcos e as ovelhas, benéficos para o homem, sacrificam-se. Mas o elefante e o burro, que também trabalham para o homem, não são sacrificados... porque não servem, ou a sua carne não é apreciada pelos homens. Portanto, que piedade interesseira é esta que esconde o seu apetite sob uma obrigação religiosa? O homem poderia, seguindo o mesmo princípio da utilidade, sacrificar os animais nocivos ou cujo estropiamento não trouxesse benefício ao ser humano (animais feridos ou doentes). Mas os deuses quereriam ser honrados com tais dádivas? Não seria isso um desrespeito pelo divino? Nesta argumentação de Porfírio atinge-se o

¹⁸ Porfírio de Tiro, 2, 5-33-100.

próprio questionamento da divindade enquanto um ser eticamente coerente: Esta, bondosa por princípio, não pode apreciar ser cultuada por um acto errado na sua essência, que é o de tirar vida a um ser que ela animou.

BIBLIOGRAFIA

- Porphyrius, *De Abstinencia ab esu cranium animalium*, in Porphyre, *De l'Abstinence, I-IV*, 2 vols, Bouffartigue J., Patillon M ed. e trad., (1977) Les Belles Lettres.
- Dombrowski, D. (1984) "Vegetarianism and the argument from marginal cases in Porphyry" *Journal of the History of Ideas*, 45, 151-143.
- Grant Robert M., "Dietary Laws among Pythagoreans, Jews, and Christians", *The Harvard Theological Review*, 73, 1980, 299-310.
- Den Boer, W. "A Pagan Historian and His Enemies: Porphyry against the Christians" *Classical Philology*, 69, 3, 198-208.
- Musurillo, H. "The problem of ascetical fasting in the greek patristic writers", *Traditio*, 12, 1956, 1-64.
- Owen Goldin, (2001) "Porphyry, Nature, and Community", *History of Philosophy Quarterly*, 18, 353-371.